



PROCESSO	198.741-0/2025
INTERESSADA	ALEXANDRA SEBASTIANA ROCHA DE ARRUDA
PROCEDÊNCIA	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JACIARA
ASSUNTO	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
RELATOR	CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

RAZÕES DO VOTO

5. Em consonância com o artigo 3º da Resolução Normativa nº 12/2024 - PP, combinado com o artigo 256 do Regimento Interno deste Tribunal, submeto o presente processo a **julgamento em bloco**.

6. Compulsando os autos, constato que a Requerente preencheu os requisitos previstos no ordenamento jurídico necessários à concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, com proventos integrais.

7. Diante do exposto, **ACOLHO** o Parecer Ministerial nº 1.247/2025, subscrito pelo Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho e, conforme o artigo 43, II, da Lei Complementar 269/2007, **VOTO** no sentido de **REGISTRAR** a Portaria nº 006/2025, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 4.690, em 07/03/2025, que dispõe sobre a concessão de **aposentadoria voluntária por tempo de contribuição**, com proventos integrais, em que figura como interessada a senhora **ALEXANDRA SEBASTIANA ROCHA DE ARRUDA**, CPF nº 758.718.581-04, servidora efetiva no cargo de Professora, Padrão "C", Classe "09", lotada na Secretaria Municipal de Educação de Jaciara/MT, com fundamento no artigo 4º, §9º da Emenda Constitucional nº 103/2019, c/c artigo 40, §5º, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, e o disposto no artigo 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c artigo 87, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal nº 1.417/2012, c/c Lei Municipal nº 1.211/2009 e da Lei nº 2.285/2025, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 2025.04.03472P, do PREV-JACI.

8. **É o voto.**

Cuiabá, 06 de junho de 2025.

(assinatura digital)¹

CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI
Relator

¹ Documento assinado por assinatura Digital baseada em certificado Digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006

